

POLÍTICA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA NA PRIMERA METADE DO SÉCULO XX

Ruy Hermann de Araújo Medeiros*
UESB

RESUMO:

Tomando como base um conflito político acontecido nas duas primeiras décadas do século XX, estudamos a história da educação em Vitória da Conquista, mormente, as relações entre política, idéias e educação. O conflito cognominado “Meletes e Peduros” foi narrado a partir de substancial documentação primária, fontes jornalísticas e depoimentos orais. Os aspectos teóricos se basearam na história cultural, sem desconsiderar, no entanto, a forma como se organizava materialmente a sociedade, qual o lugar social de cada grupo envolvido, a forma como circulavam as idéias e a forma como os sujeitos se relacionavam. Evidenciamos um conflito eclodido em 1919, no qual estão envolvidos intelectuais, políticos e professores da região.

Palavras-chave: Coronelismo; Intelectuais; Educação; Famílias

POLITICS, FAMILY AND EDUCATION IN VITÓRIA DA CONQUISTA IN THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY.

ABSTRACT:

Based on a political conflict happened in the first two decades of the twentieth century, we studied the history of education in Vitória da Conquista, especially, the relationship between politics, ideas and education. This conflict, “Meletes e Peduros” was narrated from significant primary documents, newspaper sources and oral testimonies. The theoretical aspects were based on cultural history, not ignoring, however, how were materially organized the society, which is the place of each social group involved, how the ideas circulating and how the subject relates. We evidenced a conflict erupted in 1919, which are involved intellectuals, politicians and teachers in the region.

Keywords: Coronels, Intellectuals, Education, Family

Introdução

Por todo o século XIX, até meados do séc. XX, em Vitória da Conquista¹, “a liberdade política de participação e decisão nos órgãos consultivos e deliberativos da administração local” (IVO, 2004: 73) foi obra de uma minoria que historicamente controlou as instituições políticas e sociais, saída do tronco de João Gonçalves da Costa, representada na Câmara, Polícia, Justiça, Intendência, etc. O município, então, como “microesfera da administração político-administrativa, reproduziu, em suas estâncias públicas e no imaginário da sociedade local, o universo político vivenciado pelos dirigentes da política nacional” (IVO, 2004: 75).

Política e família se misturavam, em uma realidade contornada pela dominação e subordinação. As disputas políticas, segundo SOUZA (1999), envolvendo grupos rivais, se davam, pelo controle do poder municipal para manter uma relação privilegiada com o poder estadual, uma vez que a natureza do regime republicano visava diminuir as autonomias dos municípios e fortalecer os estados. Nessa realidade de efervescência política, destacou-se no monopólio do poder municipal a figura do líder carismático José Fernandes de Oliveira Gugé, que governou a cidade de 1911 a 1915, e continuou a influenciar a política, até o ano de 1918, quando veio a falecer, circunstância essa que acabou se tornando o estopim de um conflito armado que já vinha se formando há anos e que teve sua concretização em janeiro de 1919.

Aqui, destacamos o conflito de janeiro de 1919, conhecido como Conflito entre “Meletes e Peduros”, devido às várias nuances que o contornaram, desde a participação efetiva da imprensa, às articulações partidárias para manutenção e tomada de poder que teve, dentro da própria cidade, o palco de atuação de dois grupos rivais, oriundos de uma só e numerosa família. De um lado, estavam os partidários do Cel. Gugé, denominados de *Peduros* que eram do partido situacionista, e, do outro, a oposição com os chamados *Meletes*, que eram partidários do Cel. Emiliano Moreira de Andrade, mais conhecido por Maneca Moreira, parente do Cel. Gugé, mas, que apoiou o seu inimigo político Pompílio Nunes de Oliveira, em busca de mais espaço nas instâncias do poder local.

Naquela época, os embates provocados pelos jornais eram muito agressivos, e a imprensa se constituía, nas considerações de Oliveira (2005), como um importante veículo de articulação do poder, responsável pela agitação e publicação de debates políticos entre os homens considerados de letras da cidade, muitos dos quais considerados como excelentes professores. Os jornalistas que, geralmente, eram advogados, escritores e/ou professores, se posicionavam a favor ou contra a política situacionista, mas, sempre ligados a líderes de famílias tradicionais da cidade os quais, por sua vez, financiavam as tipografias, e controlavam as notícias a serem veiculadas.

Antecedendo ao confronto intitulado *Meletes e Peduros*, dois jornais se digladiavam, apresentando denúncias, muitas vezes pesadas, sendo porta-vozes dos dois grupos: de um lado, o jornal *O Conquistense*, que defendia o grupo de Maneca Moreira e, do outro, estava *A Palavra*, defensor dos *Peduros* que teve no Cel. Manuel Fernandes de Oliveira, o Maneca Grosso, um dos grandes nomes envolvidos no conflito. Intelectual, poeta, jornalista e professor, mais conhecido como Maneca Grosso, em sua linguagem direta, escreveu:

É por demais sabido que as famílias Santos Silva, Fernandes de Oliveira Ferraz, Oliveira Freitas, Correia de Melo, Andrade, Moreira, Mendes Gusmão e outras mais, sendo aliadas pelo parentesco constituem uma só e numerosa família, cuja preponderância política entre nós é incontestável (GROSSO, 1911: s/p).

Mas, o próprio Maneca Grosso não reconhecia como seu parente o coronel Pompílio Nunes de Oliveira, embora a mãe deste fosse bisneta de João Gonçalves da Costa, fundador do Arraial da Conquista. Havia, dentro da numerosa família, grupos unidos entre si por maior solidariedade que os outros, por força de proximidade, dependência, compadrio e favor do que outros. Era o caso dos Santos Silva e Fernandes de Oliveira.

Em 1896, houve um interregno (assim considerado por muitos que viveram naquele tempo): o Coronel Pompílio Nunes de Oliveira conseguira, no ano anterior, que seu candidato ganhasse o controle da administração municipal. Homem muito rico, comerciante e fazendeiro, o coronel Pompílio Nunes de Oliveira ganhara a admiração dos habitantes de Conquista quando, diante de fortes boatos de que os “Mocós”, que haviam praticado a “chacina do Tamanduá”, iriam invadir a cidade, cuidou de arregimentar pessoas e reunir armas para a defesa da cidade. Era 1895.

O coronel José Antonio de Lima Guerra, concunhado do coronel Pompílio Nunes de Oliveira, indicado por esse, venceu o pleito local e governou o município até 31 de dezembro de 1903. O governo do coronel José Antonio de Lima Guerra foi considerado um hiato na sucessão do mando local por aqueles que vinham ocupando o poder. Para alguns, como Maneca Grosso e o coronel Francisco José dos Santos Silva, a vitória do coronel Pompílio Nunes de Oliveira foi um golpe profundo, embora pessoas achegadas àqueles houvessem apoiado o candidato do rico coronel.

Contou o coronel Francisco José dos Santos Silva com dois fortes militantes, dentre outros, o já citado Maneca Grosso, poeta, jornalista e professor, e João Diogo de Sá Barreto, bacharel. Estes usavam da imprensa para acicatar o coronel Pompílio Nunes de Oliveira. A partir de 1901, os artigos de Maneca Grosso no Jornal de Notícias, de Salvador, tornaram-se mais ferinos contra os adversários pompilistas. Mas o coronel Pompílio Nunes de Oliveira e seu irmão, Terêncio Nunes Bahiense, respondiam aos ataques e não deixavam de criticar o “Tio Chico Fumaça”, como apelidaram o coronel Francisco José dos Santos Silva.

Em janeiro de 1904, a numerosa família (expressão de Maneca Grosso) reassume o governo local com a pessoa de Estevão José dos Santos Silva. E conservou o poder. Sucedeu-lhe João Diogo de Sá Barreto que, embora não fosse natural de Conquista, contraiu matrimônio com Salústia Fernandes, filha do coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, bisneto de João Gonçalves da Costa. João Diogo de Sá Barreto governou sob oposição do coronel Pompílio Nunes de Oliveira, para o qual a “família Fernandes de Oliveira pretendia monopolizar os cargos públicos e perpetuar-se no poder”.

Nesse período, o coronel José Fernandes de Oliveira Gugé assumira o papel antes desempenhado pelo coronel Francisco José dos Santos Silva. Tornara-se líder da

numerosa família. É, ainda, de dentro de sua família que sairá o sucessor no governo local, como logo se vê. O sucessor de João Diogo de Sá Barreto na administração municipal foi o coronel José Maximiliano Fernandes de Oliveira, Intendente até 31 de dezembro de 1911. Era a continuidade no poder daquela união de famílias com núcleo solidário nos Fernandes de Oliveira e nos Santos Silva.

O coronel José Maximiliano Fernandes de Oliveira administrou, tal como o antecessor, sofrendo oposição do coronel Pompílio Nunes de Oliveira. Mas, terminou o seu mandato com festa, literalmente. Em 19 de novembro de 1911, o salão da Sociedade Filarmônica Aurora apertadamente abrigou grande número de senhores e senhoras para definir os últimos detalhes da homenagem que seria prestada ao Intendente, bisneto de João Gonçalves da Costa. Após ajustes, dali as pessoas saíram ao som da filarmônica, com uma comissão de frente ostentando o retrato do Intendente, obra executada pelo pintor Tito Batista, em cuja moldura, na parte inferior, estava fixada placa de prata com aplique de ouro na qual se lia: “Honra ao Mérito - Sincera Homenagem de um dedicado amigo”. Alcançaram a casa do Intendente, onde discursaram Anália Vieira de Andrade e Euclides Dantas (este era redator de “A Conquista”, semanário local).

A eleição do coronel José Fernandes de Oliveira Gugé era a afirmação do poder daqueles mais integrados aos núcleos das famílias Fernandes e Santos Silva. Afirmava-se o poder com aquele que, mesmo quando o coronel Francisco José dos Santos Silva ainda era vivo, exercia notável influência política. O coronel José Fernandes de Oliveira Gugé governou o município de Conquista até 31 de dezembro de 1915. A partir daí, a vida política conquistense adquire maiores contradições. Uma mudança na regra para ascensão ao cargo de intendente foi o complicador. A mudança foi patrocinada pelo governador da Bahia na época focada. J.J. Seabra.

Mudança de Regra

Para aumentar o seu poder, J.J. Seabra, que pretendia voltar ao governo após o seu sucessor, conseguiu modificar a Constituição Estadual e a Lei Orgânica dos Municípios. Dentre outras alterações, sobre os Intendentes (Prefeitos), a constituição alterada dispôs: “Art. 105. Haverá em cada município um Conselho deliberativo e um Intendente encarregado das funções executivas; sendo sua investidura e perda do cargo reguladas pela forma determinada em lei orgânica dos municípios”.

Como se vê, a emenda referida deixou para lei infraconstitucional regular a forma de escolha do intendente. Mencionado dispositivo da Constituição Estadual emendada abriu as portas para que a Lei Orgânica dos municípios fosse igualmente alterada, permitindo a nomeação de Intendentes (Prefeitos) pelo governador. Isso veio ocorrer com a Lei 1.102, de 11 de agosto de 1915, que, em seu artigo 14, § 1º, dispunha: “O Intendente será de nomeação do Governador, com aprovação do Senado, e poderá ser exonerado nos casos previstos no art. 100 desta lei, e nos de desídia e irregularidade de conduta, reconhecidos por aquela autoridade”².

Seabra pretendia, com mencionadas alterações, consolidar seu grupo no poder, nomeando intendentes, e ele mesmo pretendia voltar ao governo do Estado, após a administração de seu sucessor (Antonio Ferrão Moniz de Aragão). Além disso, por ter

sido expurgado do Diretório do Partido Republicano Conservador (PRC), em convenção de 29 de agosto de 1913, fundou o Partido Republicano Democrata da Bahia, em setembro do mesmo ano, passando a ter em suas mãos um partido para reunir seus correligionários e o poder de nomear Intendentes (Prefeitos), com as alterações feitas na Constituição do Estado e na Lei Orgânica dos Municípios, já mencionadas.

Isso significava, para os coronéis do Interior da Bahia, a necessidade de estar no Partido Democrata da Bahia e de demonstrar força e adquirir prestígio para ser indicado intendente pelo Governador. O recado era certo e direto. Não contavam mais a busca de eleitores e as diversas manobras para ganhar eleições, inclusive as fraudes que campeavam na Bahia e no Brasil nos períodos eleitorais. Agora, o todo poderoso governador substituíra a possível vontade dos eleitores, mesmo que as eleições quase sempre fossem viciadas, em todo o Brasil.

Tudo aquilo significava o acirramento das disputas, das lutas partidárias, dos conflitos políticos, enfim, que marcariam o interior da Bahia: conflitos que não ficaram no bate-boca, porque alcançaram a dimensão armada, potencializadas que foram as dissensões em razão das alterações no ordenamento jurídico. As lutas, muitas das quais, oriundas dos embates pelo monopólio da terra e pelo alargamento dos lucros das atividades comerciais, restaram potencializadas. As mudanças foram golpe que os coronéis sentiram, redundando em conflito maior nas Lavras Diamantinas e no médio São Francisco.

Para substituir o coronel José Fernandes de Oliveira Gugé, J. J. Seabra, governador, nomeou o major Leôncio Satyro dos Santos Silva, genro do primeiro, em 21 de dezembro de 1915. O novo intendente assumiu o governo municipal em 1º de janeiro de 1916, com pouco menos de 32 anos de idade. Apesar de a Lei 1.140, de 09 de maio de 1916 haver diminuído tempo de exercício do cargo de Intendente para 02 anos, Leôncio Satyro dos Santos Silva continuou no governo municipal, pois fora renomeado.

O Conflito

Em âmbito local, na disputa pelo controle do Partido Republicano Democrata e na busca de apoio de J.J. Seabra, mas já divergindo entre si, estavam os grupos Meletes e Peduros. Eram políticos conservadores, alguns agraciados com carta Patente da Guarda Nacional, como o coronel Francisco de Oliveira Gugé, dentre outros. A luta, na imprensa, a partir de 1917, tornou-se mais virulenta. “O Conquistense”, em matérias duras, falava mesmo em “plano sinistro” por parte dos Peduros, para “exterminar a oposição”. O Intendente Major Leôncio Satyro Santos Silva passou a ser a vítima preferencial dos ataques daquele jornal. Mas, os Peduros não deixavam por menos. Especialmente Maneca Grosso, nas páginas de “A Palavra”, atacava os adversários Meletes. Eram acusações intermináveis de lado a lado, não faltando sequer o ressurgimento de velhos fatos.

Um novo personagem, Antonio José de Araújo, se aproximara dos coronéis Manoel Emiliano Moreira de Andrade e Pompílio Nunes de Oliveira. Antonio José de Araújo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, com colação de grau em 19 de novembro de 1889, era amigo de J.J. Seabra, que o nomeou para Juiz de

Direito de Barreiras, mas, por seu pedido, viera exercer o cargo em Vitória da Conquista. A amizade do Juiz com J.J. Seabra era politicamente importante para o Coronel Emiliano Moreira de Andrade e, à medida dos ataques de Maneca Grosso ao Juiz, o vínculo deste com o coronel opositor aumentara. Conforme Medeiros, por entender que o Juiz Antonio José era o principal instigador dos ataques de “O Conquistense” ao grupo que apoiava Leôncio Satyro dos Santos Silva e que reunia os mais achegados à política estabelecida pelo Coronel Gugé, Maneca Grosso, em matérias pagas (pelo menos assim apareciam) publicadas em “A Palavra”, e em escritos estampados no “Jornal de Notícias”, de Salvador, acusava aquele juiz de atos de corrupção, denunciava manobras políticas do mesmo em favor dos interesses de Maneca Moreira e de Pompílio Nunes (cujo concunhado fora Intendente Municipal)³.

Em outubro de 1918, o panorama político local ganha novos contornos: era o mês de eleição do novo Diretório Municipal do Partido Republicano Democrata de Conquista (secção do Partido Republicano Democrata da Bahia, seabrista). Mas, também, foi o mês da prisão de Manoel Arruda, que diziam ser jagunço contratado pelo grupo do Coronel Manoel Emiliano Moreira de Andrade (Maneca Moreira), que tanta celeuma causaria.

Em 21 de outubro de 1918, em segunda reunião, pois na primeira, no dia 20, não houvera quorum, foi eleito o diretório, que ficou composto de Paulino Fonseca, Paulino Fernandes de Oliveira, Cassiano Fernandes dos Santos Silva, Leôncio Satyro dos Santos, tendo como seu presidente Antonio Agripino da Silva Borges (Agripino Borges). O último, como dissemos, do grupo de Maneca Moreira, ausente este de ambas as reuniões.

A eleição do diretório motivou outro rompimento: diante de nova tentativa de acordo, Maneca Moreira encarregou seu sogro, Ernesto Dantas, de escrever as bases da conciliação, que seriam apresentadas ao grupo do Intendente Municipal. Mas mudou logo em seguida de opinião, pois, em 25 de outubro, em declaração estampada no jornal “O Conquistense”, disse que Agripino Borges desertara de seu grupo, que ele, Maneca Moreira, iria organizar em definitivo seu próprio partido e assegurou que continuaria a prestigiar o Dr. Antonio José de Araújo, Juiz de Direito. Em escrito publicado em “A Palavra”, Maneca Grosso, em 29 de novembro de 1918, manifesta apoio a Agripino Borges. Não foi possível composição de interesses quanto à direção partidária.

Em artigo datado de 19 de dezembro, porém publicado no dia 25 do mesmo mês, Maneca Grosso faz graves acusações ao Juiz de Direito e ao Promotor Público. Em 3 de janeiro de 1919, entre pressões e contrapressões, ameaças e conselhos, Leôncio Satyro dos Santos Silva renunciou ao cargo de Intendente Municipal e para o posto foi designado o Coronel Francisco Costa. Mas a renúncia do Intendente não pacificou os ânimos. O artigo de denúncia de Maneca Grosso contra o Juiz de Direito e o Promotor Público intensificou as divergências que, há muito, transbordavam da política para a rivalidade figadal entre muitas pessoas. Jagunços já eram empreitados por ambos os grupos. A caminho de sua fazenda, Baixa do Arroz, em 5 de janeiro de 1919, Maneca Grosso e seu amigo Cirilo Rodrigues foram surpreendidos por um grupo de pessoas armadas, que muito espancou o primeiro e assassinou o segundo.

Ascendino dos Santos Melo (Dino Correia), descendente direto dos Santos e dos Fernandes, avisado da situação, dirigiu-se à Baixa do Arroz, em visita de solidariedade a

Maneca Grosso, de quem fora aluno, ficou informado dos fatos e resolveu comandar reação armada contra os partidários de Maneca Moreira, os chamados Meletes; passou a organizar a distribuição de armas e a locação estratégica de partidários e jagunços do grupo de Leôncio Satyro dos Santos Silva, os Peduros. O embate entre as duas facções – Meletes e Peduros – generalizou-se e tornou-se conflito armado.

O fim do conflito armado foi alcançado, mas a solução não satisfez a todos. Já em 24 de janeiro, Manoel Oliveira Santos desferiu disparos de arma de fogo em direção à casa do Coronel Pompílio Nunes (Melete), mas isso não teve efeito de deflagrar novamente a luta armada.

Dino Correia tornou-se Intendente Municipal. Maneca Moreira retirou-se para a sua fazenda e depois para “um lugar bem longe... pra lá do Guigó”, indo fixar-se em Poções. Maneca Grosso nunca conseguiu recuperar-se do duplo trauma físico e moral. Faleceu em 11 de fevereiro de 1919. Pompílio Nunes foi para as “Matas do Pau Brasil” e faleceu em 5 de novembro de 1921.

Considerações Finais

O conflito entre Meletes e Peduros é fato que se insere na história do coronelismo na Bahia. Especialmente na história da educação regional e local de Vitória da Conquista. Embora a vida política na República Velha apresente traços gerais e comuns, já bem delimitados pelos estudiosos que se debruçaram no estudo da política e da sociedade do tempo, as especificidades locais e regionais merecem ser estudadas, principalmente quando envolvem personagem que transitarem entre a política, a imprensa e a educação. Para além das implicações políticas, configuradas pelo coronelismo, familismo e mandonismo, bem próprios do período focado, fica a afirmação de que muitos dos personagens aqui citados eram, direta ou indiretamente, os responsáveis pela educação de primeiras letras, a única oferecida na região, até a segunda década do século XX, para os filhos, parentes e aderentes destes mesmos personagens.

Eram, ao mesmo tempo, escritores, poetas, oradores, jornalistas, enfim, intelectuais, e, ao mesmo tempo, políticos se revezando na administração local e aguerridos guerreiros quando ameaçados de perder o poder. Eram, ademais, professores e responsáveis pelos caminhos da educação na região, muitos com escolas instaladas nas “salas da frente” das suas residências. Cabe a pergunta: Como conciliaram o ofício de professor e mestre com atividades políticas, em uma época de conturbados embates políticos na tentativa de manutenção do poder?

Maneca Grosso, aqui evidenciado como poeta, jornalista e professor, instalou escola, deu aula e alfabetizou os filhos dos coronéis, muitos dos quais eram seus parentes próximos, na escola instalada na sua fazenda na “Baixa do Arroz”. Como explicar a simultaneidade de atitudes que comportava a virulência jornalística, a poesia romântica e a vocação de professor?

Referências

CADESP. No início, iluminação artificial só nas casas dos coronéis. **Diário do Sudoeste Conquista 158 anos**. Edição Especial. Vitória da Conquista, s/p.1998a.

CADESP. A vida do teatro em Conquista é marcada por muita perseverança. **Diário do Sudoeste Conquista 158 anos**. Edição Especial. Vitória da Conquista, s/p.1998b.

IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: edições Uesb, 2005.

GROSSO, Maneca. Justa Reação. **Jornal “A Palavra”**, Vitória da Conquista, s/p. 26 ago. 1911.

MEDEIROS, Ruy H. A. **A Idéia de Conquista e o Sertão da Ressaca**. Conferência proferida no IV Congresso de História da Bahia. Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. 1 (texto completo.) 2001. p. 283-296.

LIVRO de Atas da Câmara de Vereadores 1917-1922. **Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista**, Vitória da Conquista, p.100, 14 ago.1917 até 01 jan. 1922.

MEDEIROS, Ruy, H. Pós-fácio. In: IVO, Isnara Pereira. **O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: edições Uesb, 2005.

OLIVEIRA, Jeremias Macário de. **A imprensa e o coronelismo no sertão do sudoeste**. Vitória da Conquista: editado pelo autor, 2005.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do sertão da ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma leitura da vida política em Conquista na primeira república. In: **O poder em disputa: Vitória da Conquista e região**. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1999. Vol 4.

Notas:

* Professor da UESB; advogado, integrante do Museu Pedagógico/Uesb, ruy-medeiros@uol.com.br. Trabalharam como colaboradores na pesquisa as professoras Livia Diana Rocha Magalhães, Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e as Daniela Moura Rocha de Souza e Maria Cristina Nunes Cabral.

¹ A história da cidade começa a partir de 1783, com a fundação do Arraial da Vitória, pelo português João Gonçalves da Costa, que iniciou o processo de povoamento da mesma, à custa do extermínio de povos nativos que ali se encontravam, e com a criação de gado (MEDEIROS, 2001). A partir de 1840, o arraial se desmembrou do município de Caetité elevando-se à categoria de Vila e Freguesia. A partir da Proclamação da República, em uma atitude de tentar apagar os vestígios imperiais, passou a se chamar Cidade de Conquista, em 1891 e, finalmente, em 1943, a partir da Lei de nº. 141, foi denominada Vitória da Conquista, como é conhecida atualmente (SOUSA, 2001).

² Entenda-se que Senado, no caso, era o Senado Estadual.

³ Texto de apresentação para o livro do advogado, Dr. Marcos Antonio Freire Martins, romance da luta dos Meletes e Peduros (Maria-a Melete), ainda no prelo.

Artigo recebido em: 09/02/10

Aprovado para publicação em: 01/03/10